

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Obra para implantação do Sistema de Proteção Contra Incêndio e Pânico do CAPGV, conforme projetos e especificações técnicas constantes nos anexos do Edital.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo tem como objetivo subsidiar a contratação de empresa especializada para a implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (SCIP) no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV), localizado na Avenida Doutor Silas Munguba, nº 5700, bairro Passaré, Fortaleza/CE, cuja área construída é de aproximadamente 51.000 m².

O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSIP), elaborado em conformidade com a legislação vigente e aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), contempla a inclusão de novos blocos de ampliação, correspondentes à usina elétrica, subestação (gerador 2) e ao Centro de Armazenamento Temporário de Resíduos Sólidos, totalizando uma área adicional de 775,45 m².

A execução do projeto deverá ser realizada por empresa tecnicamente habilitada, observando os requisitos normativos do CBMCE e as diretrizes de segurança do trabalho, com vistas à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Para atender às exigências legais e do Corpo de Bombeiros do Ceará será necessário:

- implantação de novo sistema de hidrantes;
- implantação de nova iluminação e sinalização de emergência;
- complementação do sistema de extintores existente;
- implantação de sinalização de rotas de fugas, com indicação de percursos e saídas;
- adequação do sentido de abertura das portas em desacordo com o fluxo de evacuação;
- criação de nichos para evitar interferência das portas nas rotas de fuga;
- instalação de telas de proteção contra quedas acidentais;
- instalação de guarda-corpos em áreas com desnível;
- criação de acesso para viaturas de emergência;
- implantação de brigada de incêndio;
- complementação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas em novas áreas.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada, com competência técnica comprovada, para dar continuidade à execução e implantação das medidas de segurança previstas no projeto aprovado, assegurando a obtenção do AVCB e a conformidade legal do CAPGV. A medida visa garantir a segurança dos usuários, a preservação do patrimônio institucional e o atendimento às exigências dos órgãos de controle, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade administrativa.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos previstos em dotação orçamentária própria, sob a(s) rubrica(s): 00000258/000031 IMOVEIS DE USO - AQUISIÇÕES DE ATIVOS, 00000370/000031 INVESTIMENTO EM SISTEMA DE SEGURANÇA - AQUISIÇÕES DE ATIVOS e 00000247/000031 EQUIPAMENTOS DE USO - AQUISIÇÕES DE ATIVOS.

4. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Documentação complementar à Proposta de Preço - Juntamente com a Proposta de Preço, o licitante deverá encaminhar:

4.1.1. planilha orçamentária, conforme modelo constante do **Anexo** do Edital denominado **Planilha de Orçamento**, em formato Excel (.xls ou .xlsx), elaborada com base nos anexos do Edital, discriminando, para cada item de serviço, os respectivos quantitativos, preços unitários para material e mão de obra, BDI, subtotais e totais, observado que:

4.1.1.1. os quantitativos fornecidos pelo Banco, bem como os serviços constantes da planilha modelo, **Anexo** do Edital denominado **Planilha de Orçamento**, não poderão ser alterados;

4.1.1.2. caso conste a indicação de marcas nas especificações dos produtos constantes da planilha fornecida pelo Banco, além dessas poderão ser cotadas outras marcas desde que mantida ou superada a qualidade dos produtos indicados.

4.1.2. planilha de composição do BDI praticado pelo licitante, em formato Excel (.xls ou .xlsx), detalhando sua constituição e respectivos percentuais, devendo no BDI constar todas as despesas indiretas, além dos benefícios, excluindo-se o(s) seguinte(s) item(ns), cujos custos deverão ser destacados na planilha de orçamento (subitem 4.1.1.): administração local, instalação de canteiro e acampamento, mobilização e desmobilização;

4.1.3. cronograma físico-financeiro, em formato Excel (.xls ou .xlsx), elaborado com base na planilha de orçamento do licitante, o qual deverá explicitar, dentre outros dados, os valores referentes a materiais/equipamentos e à mão de obra correspondente a cada etapa da obra/serviço;

4.1.4. documentos habilitatórios que não estejam contemplados no SicaF ou que supram a habilitação parcial no referido sistema, bem como a documentação complementar referida no Edital.

4.2. Qualificação Técnica

4.2.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho profissional competente, em validade na data da apresentação.

4.3. Para fins de Qualificação Técnico-Operacional (habilitação) - Para comprovação da qualificação técnico-operacional, o licitante deverá apresentar:

4.3.1. certidão de Acervo Técnico, fornecida pelo conselho profissional competente, ou atestado devidamente registrado no referido conselho, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a execução de serviços de características semelhantes, de complexidade tecnológica e operacionais equivalentes ou superiores às constantes da alínea "a" adiante, as quais representam maior relevância técnica e valor significativo:

- a) as características e/ou parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto são as seguintes:
- a.1. reforma em edificação não residencial, com área construída de no mínimo 25.000 m² contemplando os seguintes itens:
 - a.1.1. fornecimento e instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Elétricas (SPDA) em edificações com 25.000m² de área mínima;
 - a.1.2. fornecimento e execução de instalações elétricas de baixa tensão para a instalação de Sistema de Detecção de Alarme e Incêndio (SDAI) em edificações com 20.000m² de área mínima;
 - a.1.3. fornecimento e instalação de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI) em edificações com área mínima de 25.000m².
 - 4.3.1.1. o(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: Nome do contratado e do contratante; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no conselho profissional correspondente; identificação do contrato (tipo ou natureza da obra); localização da obra ou dos serviços; serviços executados (especificação e quantidade); data do início e término dos serviços; avaliação de desempenho;
 - 4.3.1.2. é permitido o somatório de quantitativos de certidões e atestados, desde que haja concomitância na execução dos serviços e nos casos em que a complexidade e a técnica empregadas não variem em razão da dimensão ou da quantidade do objeto;
 - 4.3.1.3. será considerado concomitante a execução de obras com coincidência mínima de 60 (sessenta) dias de execução;
 - 4.3.1.4. é proibida a apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos em nome de empresa coligada ou pertencente ao mesmo grupo da licitante;
 - 4.3.1.5. não serão aceitos certidões ou atestados de execução de edificações com as seguintes características simultâneas: grandes vãos livres, coberturas leves e pouca compartimentação interna, a exemplo de galpões, quadras esportivas e celeiros, ainda que atendam aos critérios mínimos de área construída.
- 4.4. Para fins de verificação da Qualificação Técnico-Profissional (habilitação), será observado o disposto a seguir:
- 4.4.1. apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e seus anexos, expedida(s) pelo conselho profissional competente, ou atestado devidamente registrado no referido conselho, devidamente acompanhado(a) de documento emitido pelo licitante, na forma do **Anexo** denominado **Declaração de Responsável Técnico** do Edital, no qual conste, expressamente, que o(s) profissional(is) atuará(ão) como responsável(is) técnico(s) da obra, devendo este documento estar assinado pelo(s) profissional(is) indicado(s) e informar, pelo menos, nome completo, função, número de registro no conselho profissional, RG e CPF, comprovando a execução, pelo(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, de serviços de características semelhantes às do objeto da licitação, cuja(s) parcela(s) de maior relevância e valor significativo é(são) a(s) seguinte(s):

- a. reforma em edificação não residencial, com área construída de no mínimo 25.000 m² contemplando os seguintes itens:
 - a.1. fornecimento e instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Elétricas (SPDA) em edificações com 25.000m² de área mínima;
 - a.2. fornecimento e execução de instalações elétricas de baixa tensão para a instalação de Sistema de Detecção de Alarme e Incêndio (SDAI) em edificações com 20.000m² de área mínima;
 - a.3. fornecimento e instalação de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (SPCI) em edificações com área mínima de 25.000m².
- 4.4.2. será exigida a comprovação da capacidade técnica operacional compatível com as exigências do objeto licitatório, especialmente no que tange à aptidão para coordenar e executar, de forma simultânea, múltiplas frentes de trabalho e obras;
- 4.4.3. a comprovação dar-se-á mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico, fornecida pelo conselho profissional competente, ou atestado devidamente registrado no referido conselho, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a execução pela Licitante de serviços de características semelhantes, de complexidade tecnológica e operacionais equivalentes ou superiores aos ora licitados;
 - 4.4.3.1. é proibida a apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, emitidos em nome de empresa coligada ou pertencente ao mesmo grupo da licitante.
- 4.4.4. o(s) atestado(s) e Certidões apresentado(s) em atendimento aos itens 4.2.1 e 4.3.1 deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: Nome do CONTRATADO e do CONTRATANTE; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no conselho profissional correspondente; identificação do contrato (tipo ou natureza da obra); localização da obra ou dos serviços; serviços executados (especificação e quantidade); data do início e término dos serviços; avaliação de desempenho.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A presente contratação tem por objeto a obra para implantação do novo sistema de proteção contra incêndio e pânico do Centro Administrativo do Banco do Nordeste (CAPGV), conforme projetos e especificações técnicas constantes nos estudos preliminares e projeto básico. Os serviços serão realizados de forma integrada, abrangendo intervenções físicas, funcionais e de infraestrutura, com vistas à readequação de todo o sistema de combate a incêndio existente, cujos principais intervenções serão:
 - 5.1.1. implantação de novo sistema de hidrantes;
 - 5.1.2. implantação de nova iluminação e sinalização de emergência;
 - 5.1.3. complementação do sistema de extintores existente;
 - 5.1.4. implantação de sinalização de rotas de fugas, com indicação de percursos e saídas;
 - 5.1.5. adequação do sentido de abertura das portas em desacordo com o fluxo de evacuação;
 - 5.1.6. criação de nichos para evitar interferência das portas nas rotas de fuga;
 - 5.1.7. instalação de telas de proteção contra quedas acidentais;

- 5.1.8. instalação de guarda-corpos em áreas com desnível;
 - 5.1.9. criação de acesso para viaturas de emergência;
 - 5.1.10. complementação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas em novas áreas.
- 5.2. O **Anexo** denominado **Relatório de Vistoria Técnica** do Edital contém o descritivo de área e ocupação de todos os setores do CAPGV, as exigências normativas específicas para cada setor e áreas de risco e um relatório fotográfico das áreas vistoriadas em 09/06/2025.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS

Para subsidiar a presente contratação, foram elaborados projetos com detalhamento contendo as informações necessárias para a execução do objeto de contratação, conforme consta no **Anexo** denominado **Projetos** do Edital.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. As fases de execução estão descritas de forma detalhada no **Anexo** denominado **Eventograma** do Edital. Esse instrumento será disponibilizado à empresa contratada apenas como parâmetro indicativo, servindo de referência para elaboração do seu próprio cronograma físico-financeiro, o qual deverá considerar as especificidades do projeto executivo, os recursos mobilizados e a estratégia de execução adotada.
- 7.2. O prazo previsto para a execução integral dos serviços objeto desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias corridos. O início da obra ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:
- 7.2.1. emissão e pagamento do(s) documento(s) de responsabilidade técnica da obra ou serviço, expedida pelo Conselho Competente, a ser entregue no prazo de até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato;
 - 7.2.2. apresentação do cronograma físico-financeiro da obra validado pelo CONTRATANTE;
 - 7.2.3. emissão da ordem de serviço para início efetivo da obra, o que só ocorrerá após pleno atendimento dos subitens anteriores.
- 7.3. O CONTRATADO deverá apresentar em até 05 (cinco) dias corridos, após a convocação para assinatura do Instrumento Contratual, o cronograma físico-financeiro da intervenção para validação do CONTRATANTE.
- 7.4. O CONTRATADO deve obedecer rigorosamente aos prazos fixados no cronograma físico-financeiro, uma vez que este constitui instrumento de avaliação do andamento dos serviços e cumprimento contratual, bem como indicação do local de execução e especificações da intervenção / serviço.
- 7.5. Para registro do encerramento da obra e do contrato, será emitido o termo de encerramento de Contrato, logo após a liberação, pelo responsável por seu acompanhamento ou por comissão designada pela autoridade competente, oportunamente indicada nos autos do processo, mediante termo circunstanciado, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, do termo de recebimento definitivo da obra.
- 7.5.1. O Termo de Recebimento Definitivo da obra somente será emitido após a completa execução do escopo contratual e a entrega de todos os documentos técnicos e legais pertinentes. Constitui condição obrigatória para sua emissão a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, indispensável ao atendimento das normas

vigentes e das exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará. Sem a apresentação do referido documento, o Banco não poderá formalizar o recebimento definitivo da obra.

- 7.6. A vistoria para recebimento provisório dos serviços será realizada pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado.

8. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses, contando da data de sua assinatura.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado no 10º décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pelo CONTRATADO, vedada a cobrança por meio de boleto bancário, ficando sua liberação condicionada à total observância do Contrato, bem como após a observação/atendimento dos itens a seguir:
- 9.1.1. apresentação/aceitação das Notas fiscais/faturas em boa e devida forma;
- 9.1.2. apresentação do conforme cronograma físico-financeiro da obra:
- 9.1.2.1. não será autorizada a medição dos itens não contemplados na etapa vigente do Cronograma físico-financeiro da obra/serviço.
- 9.2. A documentação fiscal não poderá ser entregue restando menos de 06 (seis) dias úteis para o último dia do mês, pois não será possível efetuar o pagamento dentro do mesmo mês, devendo ser emitida e entregue pelo CONTRATADO a partir do 1º dia útil do mês subsequente, evitando-se a geração de encargos por recolhimento de tributos em atraso, cabendo ao CONTRATADO emitir o correspondente documento fiscal em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.
- 9.3. Nas obras/serviços cujo prazo de execução seja igual ou inferior a 30 (trinta) dias corridos, o pagamento dar-se-á em uma única parcela, no final da obra/serviços.
- 9.4. As obras/serviços com prazo de execução superior a 30 (trinta) dias corridos, poderão ser pagas em medições quinzenais, após os 15 (quinze) dias iniciais, desde que o CONTRATADO apresente solicitação com a respectiva medição, observado o Cronograma Físico-Financeiro estabelecido. As medições deverão ser discriminadas e apresentadas na forma de planilha, identificando os itens de acordo com a planilha orçamentária contratada.
- 9.5. A medição deverá ser acompanhada por relatório técnico/fotográfico, evidenciando de forma clara a execução do item com todas as suas etapas. Considerar no mínimo 03 (três) fotos por item, sendo antes, durante e após a execução.
- 9.6. O faturamento dos equipamentos, quando previstos e que vierem a ser fornecidos em decorrência do contrato, devem estar discriminados na nota fiscal, com custos unitários e totais, bem como deve ser apresentada a garantia dos equipamentos.
- 9.7. A documentação fiscal não aprovada pelo Banco será devolvida ao CONTRATADO para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

10. REAJUSTE

- 10.1. O reajuste de preço será na forma de reajuste em sentido estrito, por meio de aplicação de índice de preço.
- 10.2. Os preços contratados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC ou, na sua falta, de acordo com o índice que vier a substituí-lo, em conformidade com a legislação em vigor, tomando-se por base o índice vigente no mês de apresentação da proposta de preço.
- 10.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial para reajustamento do preço, mediante aditivo contratual.
- 10.4. O CONTRATADO somente fará jus ao reajustamento do preço contratado após decorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta de preço, bem como quando completar 1 (um) ano em relação ao último reajuste devido, se for o caso.

11. GARANTIA CONTRATUAL

Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o CONTRATADO deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do BANCO, a contar do início da vigência do Contrato, comprovante de prestação de garantia de execução equivalente a 5% (cinco por cento) do preço global contratado.

12. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS

O CONTRATADO deverá oferecer garantia integral contra qualquer defeito de fabricação, instalação e execução pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13. SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, limitada às atividades de serviços de intervenção civil, devendo constar acervo técnico de mínimas instalações com as seguintes referências:
 - 13.1.1. intervenções civis.
- 13.2. A autorização estará condicionada à análise e aprovação formal da subcontratação, sendo exigido que a empresa subcontratada atenda, no mínimo, aos mesmos padrões de qualidade, capacidade técnica e requisitos estabelecidos para o CONTRATADO. A responsabilidade integral pela execução, fiscalização e conformidade dos serviços permanecerá com O CONTRATADO, inclusive no que se refere a prazos, qualidade e obrigações legais.
- 13.3. Não será estabelecido qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado, permanecendo o CONTRATADO responsável pelo integral cumprimento das obrigações pactuadas no instrumento contratual.
- 13.4. O subcontratado deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao CONTRATADO.
- 13.5. É vedada a subcontratação da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos no Contrato, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no Contrato e/ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:
 - 14.1.1. advertência;
 - 14.1.2. multa;
 - 14.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BANCO pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 14.2. A advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:
 - 14.2.1. não observar a legislação pertinente, inclusive normas vigentes para obras e serviços de engenharia;
 - 14.2.2. não informar durante a execução da atividade a ocorrência de projeto com concepção ou funcionalidade inadequados;
 - 14.2.3. recusar serviço, sem justificativa aceita;
 - 14.2.4. deixar de informar nos relatórios providências necessárias ao cumprimento do objeto contratual;
 - 14.2.5. apresentar-se para realização do serviço em traje incompatível com a atividade a ser desempenhada.
- 14.3. As multas poderão ser aplicadas da forma a seguir:
 - 14.3.1. 10% (dez por cento), calculada sobre o valor das autorizações de serviços, nas situações indicadas a seguir:
 - 14.3.1.1. reincidência em casos de aplicação de duas advertências com a mesma motivação. Ou seja, neste caso a terceira advertência será convertida em multa;
 - 14.3.1.2. enviar equipe não habilitada na execução da atividade;
 - 14.3.1.3. não executar o serviço proposto;
 - 14.3.1.4. apresentar planilha de medição dos serviços com dados incorretos;
 - 14.3.1.5. o valor máximo da sanção ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor total da autorização de serviço;
 - 14.3.1.6. ressalta-se que a primeira e a segunda recusa sem justificativa aceita pelo BNB serão convertidas em advertência, a terceira em aplicação de multa de 5% (cinco por cento), aplicável sobre o valor da Autorização de Serviço emitida e a quarta recusa sem justificativa irá configurar como inexecução total deste Contrato, aplicando-se nesse caso a sanção prevista no item 13.2.3, bem como multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Autorização de Serviço emitida.
 - 14.3.1.7. multa de 0,1% (um décimo por cento), aplicável sobre o preço da Ordem de Serviço, por cada dia de atraso, no caso de descumprimento das demais obrigações registradas no Contrato.

14.4. Poderá ser aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

- 14.4.1. descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou integridade patrimonial ou humana;
- 14.4.2. outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do BANCO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- 14.4.3. na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2 abaixo;
- 14.4.4. a qualquer tempo, se constatado que o CONTRATADO executou percentual menor que o previsto para aquele período do cronograma físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pelo CONTRATANTE.

14.5. Será aplicada a sanção de multa nas seguintes condições:

- 14.5.1. no caso de atraso injustificado na execução do objeto, caracterizado em qualquer medição (VMA) pela execução de percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor acumulado previsto (VAP) no cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE, será aplicada multa no valor definido pela seguinte equação:

$$\text{Multa} = 1\% \text{ do valor contratado} \times (1 - \text{VMA/VAP})$$

Sendo: VMA - Valor medido acumulado e VAP - valor acumulado previsto

- 14.5.2. no caso de atraso injustificado no início ou na conclusão do objeto, será aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o preço global do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE, até o limite de 30 (trinta) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto;
- 14.5.3. no caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o preço global do Contrato.

14.6. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando:

- 14.6.1. injustificadamente, o CONTRATADO executar, a qualquer tempo, percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE, para a execução até o momento da apuração;
- 14.6.2. o atraso injustificado na conclusão do objeto ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 14.6.3. no caso de inexecução total, a multa aplicada será de 10% (dez por cento) sobre o preço global do Contrato, a qual estará configurada, entre outros casos, quando houver atraso injustificado por mais de 15 (quinze) dias após a data prevista para início dos serviços.

14.7. Além das multas previstas acima, poderão ser aplicadas multas, de forma cumulativa e limitada a 10% (dez por cento) sobre o preço global do Contrato por processo administrativo, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo, até o limite de 20 pontos, cumulativamente, a partir do qual poderá ser configurada inexecução parcial do Contrato.

14.8. A pontuação é calculada multiplicando-se o número de ocorrências pelo grau atribuído à infração. Exemplo: A empresa recusou-se, sem justificativa, a executar um serviço determinado pela fiscalização. Essa infração possui grau 5 e ocorreu uma vez. Assim, o total de pontos registrados será: 1 ocorrência x grau 5 = 5 pontos.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 100,00
2	R\$ 300,00
3	R\$ 500,00
4	R\$ 700,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado desuniformizado, mal apresentado, sem crachá.	1	Por empregado e por dia
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material sem validação do CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
5	Executar serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual (EPI), quando necessários e não impor penalidade àqueles que se negarem a usá-los.	3	Por empregado e por ocorrência
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais sem validação do CONTRATANTE.	6	Por dia e por tarefa designada
7	Utilizar e/ou reutilizar material, peça ou equipamento de propriedade do Banco sem anuência da fiscalização.	3	Por ocorrência
8	Destruir ou danificar documentos, instalações existentes ou serviço já executado por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
9	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	4	Por ocorrência
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
12	Retirar das dependências do BANCO quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	3	Por item e por ocorrência

13	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia
----	---	---	-------------------------

Para os itens a seguir, deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
14	Apresentar documentos de responsabilidades técnicas dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização/Contrato.	2	Por dia de atraso
15	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por funcionário e por dia
16	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
17	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
18	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
19	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
20	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
21	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente.	3	Por ocorrência
22	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência
23	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
24	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise de documentação exigida pela fiscalização (inclusive planilha de serviços extras).	5	Por ocorrência e por dia
25	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas.	5	Por ocorrência e por dia
26	O não atendimento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às solicitações do contratante para início dos serviços de reforma, sem justificativa.	2	Por dia e por ocorrência

15. REGIME DE EXECUÇÃO

Contratação semi-integrada.

16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço.

17. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSCO E FISCALIZAÇÃO

Ambiente de Engenharia e Arquitetura.